

Anexos

Juarez Rubens Brandão Lopes

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

LOPES, JRB. Anexos. In: *Do latifúndio à empresa: unidade e diversidade do capitalismo no campo* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2008, pp. 88-95. ISBN 978-85-99662-74-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

ANEXOS

Relacionamento das duas tipologias

Para apresentar breves comentários sobre as inter-relações das duas tipologias apresentadas na introdução – a de áreas (modos de inserção na divisão social do trabalho) com a de formas de organização da produção das unidades agrárias – iniciemos por esquematizar, a título hipotético, tais relações. (Ver Esquema).

Esquema

Relacionamento das formas de organização da produção agrária com áreas rurais vinculadas com o mercado de modos típicos (modos de inserção na divisão social do trabalho)

Formas de organização da produção	Inserção na Divisão Social do Trabalho						
	Áreas rurais mercantis			Áreas rurais pouco mercantis			
Empresa agropecuária capitalista	X	X		X	X		
Latifúndio		X	X	X	X		
Unidade familiar produtora de mercadorias	X	X					
Unidade camponesa			X	X	X	X	X

X Ocorrência possível

* Consórcio de atividades de subsistência com produtos comerciais.

A justificativa deste esquema de coexistência de formas de organização da produção rural exige uma compreensão teórica do processo pelo qual o desenvolvimento capitalista no Brasil desdobra-se nas transformações rurais, e este é assunto sobre o qual pudemos avançar no segundo capítulo apenas umas poucas indicações. Neste passo, devemos acrescentar ao esquema algumas explicações adicionais. A empresa agropecuária capitalista e as unidades familiares produtoras de mercadoria exigem, como não é difícil de se entender, desenvolvimento amplo da mercantilização. Daí a pressuposição de ocorrerem *apenas* nas áreas hortigranjeiras e nas áreas comerciais antigas. Como vimos, nas primeiras é de esperar-se que os pequenos produtores mercantis, com a possibilidade de superexploração do trabalho familiar e subconsumo, consigam enfrentar a grande unidade agrícola, seja o latifúndio, seja a empresa capitalista. Nem esta última nem os pequenos produtores mercantis, é a nossa expectativa, seriam frequentes nas áreas comerciais pioneiras, dadas a distância dos mercados e a inexistência de uma reserva de

mão de obra. Empreendimentos agrários modernos podem aí surgir, com investimentos de capitais mesmo vultosos; tendem a empregar, porém, formas de trabalho com fortes elementos de compulsão (servidão de dívida, por exemplo), devido à escassez de trabalhadores e ao fato da presença próxima de terras livres. O latifúndio, portanto, é forma típica, pela qual produções mercantis são levadas a efeito em áreas pioneiras, bem como naquelas áreas pouco mercantis onde é possível o consórcio dessas produções com atividades de subsistência⁹⁶. Não deixaria, porém, de existir mesmo nas áreas, comerciais antigas, onde apenas em subáreas determinadas (na região sob a influência intensa do processo de capitalização concentrado no Centro-Sul) está-se hoje ingressando numa fase de transição para a empresa agropecuária capitalista. Pela caracterização que demos às áreas de subsistência (sem consórcio com produção comercial) e ao latifúndio, resulta, por assim dizer por definição, não poder ser este encontrado naquelas áreas. Com a ausência de produção comercial ou a sua decadência nessas áreas, a grande propriedade rural não chega a surgir ou deixa desfazer-se a exploração unificada, surgindo sobre ela o campesinato. Este, por sua vez, além de encontrar-se nestas áreas de subsistência, insere-se nos interstícios do latifúndio, com o qual se associa simbioticamente, nas áreas pouco mercantis consorciadas e, inclusive de forma rala, nas comerciais pioneiras. O grau de mercantilização das atividades, rurais e urbanas, nas áreas comerciais torna pouco provável a existência nelas de campesinato no sentido em que utilizamos o termo. Em seu lugar, aparece o pequeno produtor mercantil.

Um pressuposto básico de todas essas considerações é o de que as áreas, de que se trata, estejam submetidas a condições homogêneas de atuação das forças de demanda, crédito, capitalização, de mercado de trabalho rural, e de vinculação com o mercado. Na medida em que se trate de regiões demasiadamente extensas para que seja válida essa pressuposição, nem se pode dizer que sejam áreas de inserção típica na divisão social do trabalho, nem serão simples as combinações de formas de organização da produção agrária como as que constam do esquema supra. Neste trabalho os dados disponíveis para o estudo da estrutura agrária⁹⁷

⁹⁶ Esta formulação, é claro, é apenas descritiva e não explicativa.

⁹⁷ Utilizamos esta expressão em todo este trabalho para designar as combinações de formas de organização da produção agrária que podem ser encontradas em cada área típica' (segundo a sua vinculação com o mercado). Assim, a estrutura agrária de áreas consorciadas

muitas vezes não puderam ser desagregados para unidades territoriais inferiores ao Estado, limitando sobremaneira a análise, que teve nesses casos, de restringir-se a uns poucos Estados cujas condições econômicas gerais são mais homogêneas.

Classificação das microrregiões brasileiras segundo modos típicos de inserção na divisão social do trabalho

Passamos agora à análise dos dados disponíveis a fim de caracterizar áreas do Brasil com a utilização da tipologia que desenvolvemos. O primeiro passo foi delinear um esboço do território nacional dividido em pequenas áreas – microrregiões homogêneas⁹⁸ –, classificadas segundo os tipos de áreas mercantis e de áreas pouco mercantis, isto é, segundo o papel que têm na divisão social do trabalho do país. Lançamos mão para tanto de caracterizações feitas por geógrafos do Instituto Brasileiro de Geografia das 360 microrregiões homogêneas em que se divide o Brasil, bem como dos estudos preliminares que serviram de subsídios a esta regionalização em áreas homogêneas (na parte daqueles estudos que diz respeito às regiões rurais), caracterizações e estudos que constam de duas publicações daquele Instituto: os *Subsídios à Regionalização*, e a *Divisão do Brasil em Microrregiões Homogêneas*, 1968⁹⁹. Esta última, além da divisão microrregional propriamente dita, contém uma caracterização qualitativa minuciosa de cada pequena área (dados de geografia física, demografia, economia, dados referentes às aglomerações urbanas), bem como dados estatísticos econômicos para 1965 (produção agrícola, pecuária, indústria, etc.). Os *Subsídios à Regionalização*, um volume de publicação anterior, contém no capítulo sobre regiões rurais, áreas em geral mais amplas que as microrregiões, caracterização mais precisa e detalhada da forma de organização econômica de cada uma das regiões. (A verificação para saber a qual região rural pertence cada microrregião homogênea, de modo a

antigas designa as combinações de latifúndio e campesinato, que podem ser encontradas em áreas com aquela inserção na divisão social de trabalho.

⁹⁸ Espaços homogêneos definidos como formas de organização em torno à produção, expressos por combinações de fatos físicos, sociais e econômicos.

⁹⁹ *Subsídios à Regionalização*. Rio de Janeiro, Fundação IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia, 1968, e *Divisão do Brasil em Microrregiões Homogêneas* 1968. Rio de Janeiro, Fundação IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia, 1970.

possibilitar o uso simultâneo de informações de ambas as fontes, pôde ser feita consultando-se a composição municipal de ambas as classificações). Com a utilização dessas fontes, pois, classificaram-se as microrregiões homogêneas segundo a tipologia exposta na Introdução supra, tomando-se os cuidados cabíveis no caso para minimizarem-se elementos de subjetividade¹⁰⁰. As classificações das microrregiões em tipos foram a seguir transpostas para o mapa II, na página 41. O resultado do exame deste mapa parece bastante válido, tanto quanto a sua consistência com outras informações de história econômica e geográfica como, internamente, no que diz respeito à contigüidade de áreas e a passagem, gradual, esperada de um para outro tipo. Assim, por exemplo, as áreas comerciais antigas formam três amplas manchas contínuas: a) a primeira ocupa todo o Rio Grande do Sul (exceto algumas microrregiões na sua parte nordeste), prolonga-se pelo oeste de Santa Catarina e penetra pelo sul do Paraná; b) a segunda mancha, a maior, ocupa quase todo o Estado de São Paulo, com a exceção do litoral e do Vale do Ribeira, e espalha-se amplamente pelo sul do Mato Grosso, sudeste de Goiás, a maior parte de Minas Gerais (exceto o seu norte), do Rio de Janeiro e do Espírito Santo; e c) a terceira ocupa uma faixa dos Estados nordestinos, que se alarga ou estreita em dados trechos, vinda desde o Ceará e o Rio Grande do Norte (onde inclui praticamente os dois Estados) e a Bahia, até a microrregião de Itabuna. Esta última mancha é a mais irregular, apresentando um estrangulamento na altura do Sergipe (chegando mesmo a apresentar aí certa descontinuidade) e espécie de prolongamento irregular para o interior, a partir do Rio Grande do Norte, tomando o leste da Paraíba, sul do Ceará e penetrando o Piauí pela região de Picos e dirigindo-se, após certa interrupção, pelas regiões de ocupação mais antiga do Maranhão.

Note-se que estas três manchas apresentam, entre uma e outra, claras soluções de continuidade. Separam-nas áreas pouco mercantis (de subsistência, simplesmente, ou consorciada a produtos comerciais de fraca expressão): entre a primeira e a segunda, uma fieira de microrregiões que vai da região da Ribeira (São Paulo) e segue para oeste até a microrregião

¹⁰⁰ Esta classificação foi feita conjuntamente por dois economistas, após largas discussões sobre os tipos de classificação. Das 360 microrregiões do Brasil chegou-se a classificar, com esforço laborioso e lento, 300; as restantes 60 foram debatidas em um grupo de quatro pessoas, sobrando deste segundo esforço apenas quatro sem classificação. Sempre que possível, procurou-se eliminar ambigüidades das descrições com exame cuidadoso dos dados estatísticos.

de Cascavel (no Paraná) e, entre a segunda e a terceira, enormes áreas que se estendem do sul da Bahia, partes do norte de Minas Gerais e todo o sertão baiano e pernambucano. As manchas de agricultura comercial antiga são, pois, regiões econômicas contínuas que refletem ainda, é irrecusável a conclusão, as áreas de mercado externo do nosso passado econômico; formaram-se a partir de tais áreas, pela sua transformação e expansão. A primeira, a partir da região cafeeira, no Centro-Sul, o principal setor de mercado externo do país; a segunda, no Sul, área que cedo converteu-se em setor de mercado interno, de abastecimento de produtos agropecuários para a região de economia de exportação Rio-São Paulo¹⁰¹; e a terceira, a partir dos antigos setores de mercado externo da zona litorânea do Nordeste (açúcar, cacau, fumo) e seus prolongamentos. Note-se que outro estudo feito por nós, em que delineamos as áreas urbanizadas do país (definidas como aquelas submetidas às influências urbano-industriais mais intensas), para o que utilizamos vários indicadores a partir das populações urbanas de 1950 e 1960 por zonas fisiográficas, chegou a mapa, *grosso modo*, similar, delineando-se nele também três áreas (no Centro-Sul, no Sul e na parte litorânea do Nordeste) e assinalamos

que as três áreas urbanizadas (refletiam) as principais regiões brasileiras onde a constituição do mercado interno serviu de suporte à industrialização¹⁰².

¹⁰¹ Ver P. Singer. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana. Op. cit.*, capítulos sobre “Porto Alegre” e “Blumenau”. Note-se, entretanto, que partes das antigas zonas coloniais de Santa Catarina, que no passado também fizeram parte daquele setor de mercado interno (por exemplo, a área rural de Blumenau), foram classificadas como áreas pouco mercantis.

¹⁰² J. R. B. Lopes. *Desenvolvimento e Mudança Social. Op. cit.*, capítulo IV (a citação é da p. 69). A industrialização referida é a que ocorreu a partir do fim do século passado, induzida pelo setor externo, em cidades como Recife, Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo. Voltando ao nosso mapa, o delineamento da área comercial antiga no Amazonas (onde avulta a produção de juta de grande extensão territorial resulta, artificialmente, dos tamanhos das microrregiões nesse Estado. Trata-se de área agrária comercial muito menor, ao longo do rio Amazonas, compreendendo o trecho onde se situa Manaus. Ver mapa em Uno de Mattos, *op. cit.*, p. 444. Em outros pontos, alguns resultados estranhos podem ser devidos à precariedade dos dados utilizados. Tal é o caso de ser o Rio Grande do Norte constituído, quase todo, de áreas comerciais antigas (Ver Mapa II e quadro 47).

É claro que não se trata de coincidência: as áreas agrárias comerciais surgiram onde as influências do *mercado* urbano-industrial fazem-se sentir com mais força.

Pode-se notar, também, no nosso mapa de áreas rurais segundo a sua vinculação ao mercado, a localização das áreas hortigranjeiras: apenas duas, uma extensa nos arredores de São Paulo (cinturão verde) e outra, menor, perto do Rio de Janeiro. Sobre tais áreas vale a pena assinalar o seu não aparecimento nas proximidades de metrópoles como Recife ou Salvador. É de se supor que a produtividade das áreas hortigranjeiras do Centro-Sul, principalmente a de São Paulo, surgida primeiro, com grande dinamismo, inibiu, com a interligação rodoviária das várias regiões, o aparecimento de áreas do mesmo tipo em outras partes, quando o mercado urbano para tais produtos atingiu dadas dimensões. O consumo de verduras, legumes, laticínios e outros produtos granjeiros, nas demais metrópoles brasileiras, dada a concentração da renda, não se estende muito mais para baixo que para as suas classes médias¹⁰³ e tal consumo tende a ser atendido ou por sobras da economia camponesa local ou por importações de São Paulo, não dando margem à formação de unidades agrárias especializadas nessa produção, que constituíssem uma verdadeira área hortigranjeira comercial.

Quanto às áreas comerciais pioneiras, elas também se localizam no nosso mapa de modo coerente: indicam, principalmente, expansão das atividades agropecuárias da área comercial antiga centrada em São Paulo: no Sul como prolongamento da região do norte do Paraná na direção de Umuarama; no Oeste, em áreas do centro de Mato Grosso em direção a Rondonópolis e em áreas do sul e centro de Goiás, nas direções respectivamente de Jataí e Uruaçu; e em Minas Gerais, a Leste, perto da Bahia, nos arredores de Nanuque. É de se notar igualmente no Pará, como continuação do prolongamento da área comercial antiga que corta o Piauí e o Maranhão, a área comercial pioneira da região de Paragominas, Capitão Poço e Tomé-Açu.

¹⁰³ Veja-se, por exemplo, o estudo de P. Singer, sobre “A Repartição da Renda na Área Metropolitana de Salvador” onde se indica que as pessoas ocupadas na prestação de serviços e na indústria e construção civil (que constituem 50% da população) tinham rendas médias, em 1971, de Cr\$ 108 e Cr\$ 367 respectivamente, São Paulo, CEBRAP, mimeo, s/d, quadro 4.V.

Com base nesse mapa, organizamos o quadro 47 abaixo, no qual se apresenta a distribuição da população rural em 1970 segundo o tipo de área em que se localiza (segundo os modos de sua vinculação ao mercado), agrupando os Estados em três categorias: a) aqueles em que há clara preponderância da população situada em áreas comerciais antigas e hortigranjeiras; b) os Estados nos quais há proporções altas de populações rurais naqueles tipos de áreas (de 50 a 75%) mas também são expressivas as proporções de população em áreas comerciais pioneiras e nas pouco mercantis; e c) os Estados com proporções substanciais (pelo menos cerca de um quarto) da população em áreas pouco mercantis não consorciadas (sem produção comercial expressiva). No primeiro grupo caem os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, juntamente com o Espírito Santo e o Rio Grande do Norte (sobre este último, ver nota de rodapé 103), e no terceiro grupo, o outro caso extremo, todos os Estados da Região Norte e mais o Maranhão, Piauí, Sergipe e Santa Catarina. Os demais Estados brasileiros estão no grupo intermediário, em que as populações rurais estão inseridas numa variedade grande de áreas, segundo a vinculação com o mercado.

Quadro 47
Distribuição percentual da população rural, segundo modos de inserção na Divisão Social do Trabalho, por Estado, Brasil, 1970*

Estados	População rural (milhares)	Mercantil				Pouco mercantil				Micros. não classificadas
		Nº micros	Hortigranjeiras	Comercial Antiga %	Pioneira	Consoiciada		Não consorciada		
						Antiga %	Recente	Antiga %	Recente	
I. Predominância de áreas comerciais antigas										
RN	812,9	9	-	97	-	1	-	3	-	-
ES	877,4	6	-	85	-	2	7	8	-	-
RJ	1088,7	10	6	81	-	3	3	10	-	-
SP	3495,7	38	8	86	-	5	5	1	-	-
RS	3111,9	20	-	84	-	2	6	-	-	10
II. Alta proporção de áreas comerciais antigas										
PE	2349,8	7	-	70	-	5	30	-	-	-
PB	1380,5	7	-	69	-	4	25	-	-	6
AL	956,4	5	-	62	-	3	38	-	-	-
MG	5427,1	36	-	76	2	11	13	9	-	-
PR	4425,5	14	-	48	21	10	4	22	3	2
BA	4408,0	12	-	50	2	14	33	7	8	-
MT	913,0	7	-	57	9	6	25	5	4	-
GO	1701,6	7	-	54	12	9	18	16	-	-
CE	2581,5	16	-	77	-	7	19	-	4	-
III. Proporção alta de áreas pouco mercantis não consorciadas										
SC	156,0	-	-	-	-	2	-	-	100	-
AM	549,4	2	-	56	-	5	-	-	44	-
PA	1145,1	4	-	16	15	11	30	-	39	-
AP	51,9	-	-	-	-	2	-	-	100	-
MA	2240,7	5	-	43	-	11	30	5	22	-
PI	1444,0	1	-	16	-	10	61	-	23	-
SE	485,3	1	-	10	-	7	25	-	65	-
RO	51,5	-	-	-	-	1	-	-	100	-
SC	1655,7	6	-	57	-	10	5	-	38	-
RR	23,4	-	-	-	-	1	-	-	100	-

FONTE: Ver nota de rodapé nº 101.

* Não se inclui o antigo Estado da Guanabara e o Distrito Federal; sobre o Rio Grande do Note, ver nota de rodapé nº 103.